

 Perfil da Administração Pública	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP			 ESTADO DA BAHIA
	NATUREZA Administração Direta	BASE LEGAL Lei nº 115, de 16.08.1895	FUNÇÃO Social	

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Os serviços da administração pública da esfera e competência do Governo da Bahia eram distribuídos por quatro secretarias no final do século passado. Uma dessas secretarias era a de Polícia e Segurança Pública, à qual pertenciam os serviços com a polícia administrativa e judiciária, a força policial do Estado e o regime penitenciário, correccional e detentivo, e com as prisões em geral.

Em 1930, (Dec. nº 7.066/01 nov.), funde-se a outras secretarias, passando a denominar-se Secretaria do Interior, Justiça, Instrução, Polícia, Segurança, Saúde e Assistência Pública. Em 1931, (Dec. nº 7.284/03 maio) volta à denominação anterior.

Em 1935 (Dec. nº 9.479/24 abr.) passa a denominar-se Secretaria da Segurança Pública.

Em 1973, foi criada a Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (Dec. nº 23.446/10 maio), atendendo à necessidade de prevenção, recuperação e combate ao uso e tráfico de tóxicos e entorpecentes; foi estruturado o Departamento de Polícia Técnica, com finalidades específicas, realizando perícias, exames, pesquisas e estudos no campo da polícia técnico-científica (Lei nº 3.118/27 jun.); e foi aprovado o regimento interno do Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN, com a competência básica de zelar pelo cumprimento da legislação de trânsito (Dec. nº 23.603/09 ago.).

A necessária e constante renovação estrutural da Secretaria levou à criação, em 1974, da Delegacia de Defraudações e Falsificações (Dec. nº 24.141/09 jul.); à extinção da Seção de Controle e Repressão da Vadiagem, cujas atividades passariam a ser realizadas por todas as Delegacias de Polícia do Estado; à criação da Delegacia de Furtos de Veículos (Dec. nº 24.510/06 dez.); e, em 1976, a ampla reestruturação organizacional (Lei. nº 3.497/08 jul.).

O crescimento acelerado da Região Metropolitana de Salvador levou à instituição, em 1979, do Grupamento Especial de Prevenção visando à melhor garantia e maior proteção à comunidade e ao cidadão (Dec. nº 26.702/23 abr.) e da Delegacia Especial de Terras, considerando a necessidade de melhor preservar a inviolabilidade do patrimônio imobiliário contra ações representativas de grilagens, usurações e ocupações (Dec. nº 26.890/12 set.).

Ainda no mesmo ano, foram estruturadas as Divisões Regionais de Polícia do Interior, do Departamento de Polícia do Interior e da Polícia Civil da Bahia, considerando, entre outras, a necessidade de interiorizar a atuação dos órgãos técnicos da Polícia Civil (Dec. nº 26.896/21 set.).

A reorganização da Secretaria, ocorrida em 1983, trouxe no seu bojo a instituição do Sistema Estadual de Segurança Pública, compreendendo a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Departamento Estadual de Trânsito (Lei Delegada nº 78/03 junho). Em 1986, a criação da Delegacia de Proteção à Mulher constituiu-se num passo concreto em direção à realidade social do momento, que coloca a mulher como vítima constante e indefesa de vários tipos de violência (Dec. nº 33.038/28 abr.), por sua vez, o reforço à atuação da Polícia Judiciária em relação aos crimes de homicídio doloso de autoria incerta, não determinada ou ignorada, ocorridos na Região Metropolitana de Salvador, proporcionou a criação da Delegacia de Homicídios, em 1989 (Dec. nº 2.781/14 set.). No ano seguinte, seria criado o Comitê de Informática (Port. nº 63/8 jan.), com a finalidade de assessorar o Secretário na definição e implementação da política de informática, no âmbito da Pasta.

Em 1991, a consideração ao mandamento constitucional de preservar o equilíbrio do meio ambiente, defendendo-o e preservando-o de ações nocivas, levou à criação de Delegacias de Proteção Ambiental no Estado (Dec. nº 4.357/23 jan.), sendo duas com sede na Região Metropolitana, em Salvador e Mata de São João, e as demais com sede nos municípios de Porto Seguro, Morro do Chapéu, Itabuna e Caravelas.

Pela Lei nº 6.459, de 16 de março de 1993, a Secretaria da Segurança Pública passa por uma transformação na sua estrutura sendo alteradas a denominação e a subordinação de alguns órgãos: Fica o Conselho Superior da Polícia denominado Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEG e a Coordenação de Planejamento e Operações Policiais denominados Coordenação Integrada de Segurança Pública – CISEP, com a finalidade de assessorar o Secretário de Segurança na coordenação e integração dos diferentes órgãos

de segurança. Já o Centro de Informações e o Centro de Operações Policiais, ambos da estrutura da Coordenação de Planejamento e Operações Policiais, passam a integrar respectivamente o Gabinete do Secretário e o Gabinete do Delegado-Chefe da Polícia Civil ficando este último com a denominação de Centro de Operações Especiais de Polícia Judiciária. O Centro de Estatística Policial e Criminal passa a integrar o Gabinete do Delegado Chefe da Polícia Civil por esta mesma Lei.

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, introduziu modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Nesta mesma Lei foram criadas as Superintendências, suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias.

Com a Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, que modificou a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, foram criados a Corregedoria Geral de Segurança Pública, órgão de assessoria no acompanhamento, controle e avaliação da regularidade do funcionamento e operação dos órgãos policiais, civis e militares, integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública, bem como o Departamento de Inteligência Policial, cuja finalidade é planejar, coordenar, dirigir, orientar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública, no âmbito estadual, visando a implementação da polícia e das ações relativas à manutenção da ordem pública, prevenção e controle da criminalidade, em consonância com a legislação pertinente. Nesta mesma Lei, foi extinto o Centro de Informações.

No ano de 2005, com a Lei nº 9.436, de 23 de março de 2005, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN (Autarquia) e o Conselho estadual de Trânsito – CETRAN (Colegiado) passam a integrar a estrutura da Secretaria da Administração – SAEB.

Ainda no mesmo ano, através da Lei nº 9.439, de 11 de abril de 2005, foi criada a Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional, com a finalidade de desenvolver as atividades de tecnologia da informação e gestão organizacional, no âmbito da referida Secretaria, em estreita articulação com as Unidades Centrais do Sistema Estadual de Administração e do Subsistema de Desenvolvimento da Administração e extinta a Coordenação de Modernização da Secretaria, unidade integrante da Diretoria Geral.

A Lei nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009, que “*institui a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia*”, define um novo modelo institucional para a Polícia Civil transformando-a em Órgão em Regime Especial de Administração Direta, vinculada à referida Pasta.

A Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011, instituiu o Sistema de Defesa Social, com a finalidade de formular, implantar, monitorar e avaliar a Política Pública de Defesa Social, bem como o Programa Pacto pela Vida que reúne um conjunto de projetos e atividades desenvolvidas por diversos órgãos do Poder Público e em interação com a sociedade civil, que tem por finalidade reduzir a criminalidade e violência no Estado, com ênfase na prevenção e combate aos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI.

Neste mesmo ano, pela Lei nº 12.374, de 23 de dezembro de 2011, foi criada a Superintendência de Prevenção à Violência – SPREV, com a finalidade de elaborar, apoiar e executar ações de prevenção à violência, no âmbito do Estado.

A Lei nº 13.204 de 11 de dezembro de 2014, decorrente da Reforma Administrativa, introduziu modificações na Pasta, alterando a estrutura interna da Diretoria Geral – DG e criando a Assessoria de Planejamento e Gestão – APG, a Coordenação de Controle Interno – CCI e a Coordenação Executiva de Infraestrutura da Rede Física.

O Decreto (Autônomo) nº 16.455, de 07 de dezembro de 2015, alterou a finalidade das Coordenações Executivas de Infraestrutura da Rede Física da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. (art. 1º).

O Decreto nº 16.852, de 14 de julho de 2016, “*institui o Centro de Operações e Inteligência e o Comitê de Gestão de Crises, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública*”.

O Decreto (Autônomo) nº 17.299, de 26 de dezembro de 2016, “*dispõe sobre a transferência do Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual - Projeto VIVER da Secretaria da Segurança Pública para a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, e dá outras providências*”.

O Decreto (Autônomo) nº 18.035, de 30 de novembro de 2017, “*modifica a vinculação de cargos em comissão da Polícia Civil do Estado da Bahia - PC/BA e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - CBMBA para a Secretaria da Segurança Pública – SSP*”.

A Lei nº 14.032, de 18 de dezembro de 2018, “*modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências*”.

A Lei nº 14.169, de 04 de outubro de 2019, “*institui o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP, cria o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - CONESP, e dá outras providências*”.

A Lei nº 14.579, de 02 de junho de 2023, “*altera a estrutura de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública - SSP, e dá outras providências*”.

A Lei nº 14.588, de 29 de junho de 2023, “*altera a Lei nº 14.169, de 04 de outubro de 2019, na forma que indica, e dá outras providências*”.

A Lei nº 14.995, de 08 de outubro de 2025, “*altera a estrutura de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública - SSP, na forma que indica, e dá outras providências*”.

A Lei nº 15.040, de 11 de dezembro de 2025, “*dispõe sobre o Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais - FEASPOL e altera a Lei nº 14.037, de 20 de dezembro de 2018, na forma que indica, e dá outras providências*”.

O Decreto (Autônomo) nº 24.339, de 06 de fevereiro de 2026, “*cria a Escola de Governo da Secretaria da Segurança Pública, na forma que indica, e dá outras providências*”.

O Decreto nº 24.701 de 30 de julho de 2026, “*altera o quadro de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública - SSP, na forma que indica*”.

ESTRUTURA

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEG

Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública – CGI/BA

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Gabinete do Secretário

Assessoria de Planejamento e Gestão

Coordenação de Controle Interno

Coordenação Executiva de Infraestrutura da Rede Física

Diretoria Geral

Coordenação de Licitações

Coordenação de Contratos e Convênios

Diretoria Administrativa

Coordenação de Recursos Humanos

Coordenação de Material e Patrimônio

Coordenação de Serviços Gerais

Coordenação de Transportes

Coordenação de Suporte e Manutenção de TIC

Coordenação de Execução Orçamentária

Diretoria de Finanças

Coordenação de Controle Orçamentário e Financeiro

Coordenação de Contabilidade Setorial

Coordenação de Orientação e Comprovação

Ouvidoria

Coordenação de Atendimento ao Cidadão

Corregedoria Geral

Coordenação de Capacitação Correicional

Coordenação de Acompanhamento e Controle

Coordenação de Técnica

Coordenação de Apoio Administrativo e Financeiro

Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial

Diretoria de Planejamento Estratégico, Projetos e Ensino

Coordenação de Planejamento de Ações Policiais Integradas

Coordenação de Projetos

Coordenação de Ensino

Diretoria de Avaliação Operacional

Coordenação de Avaliação

Coordenação de Estatística e Análise Criminal

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Coordenação de Estudos

- Coordenação de Pesquisa Científica
- Escola de Governo
 - Coordenação-Geral
 - Coordenação de Educação Corporativa e Ensino a Distância
 - Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico Educacional e Plataforma EaD
 - Coordenação de Suporte Técnico-Pedagógico e Gestão Acadêmica
 - Coordenação de Desenvolvimento Institucional
 - Coordenação de Apoio Administrativo
 - Coordenação de Comunicação e Relacionamento
- Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional
 - Diretoria de Tecnologia da Informação
 - Coordenação de Administração de Dados e Desenvolvimento de Sistemas
 - Coordenação de Infra-estrutura da Rede de Dados
 - Coordenação de Recursos Técnicos
 - Coordenação de Suporte e Operação
 - Diretoria de Desenvolvimento Organizacional
 - Coordenação de Gestão de Processos
 - Coordenação de Capacitação Tecnológica
 - Coordenação de Gestão da Informação
 - Coordenação de Atendimento e Relacionamento com o Usuário
- Superintendência de Inteligência
 - Coordenação Executiva
 - Coordenação de Inteligência
 - Coordenação de Contra-Inteligência
 - Coordenação de Operações de Inteligência
 - Coordenação de Apoio Tecnológico
 - Coordenação de Apoio Administrativo e Financeiro
- Superintendência de Telecomunicações
 - Diretoria de Engenharia
 - Coordenação de Telefonia
 - Coordenação de Radiocomunicação
 - Coordenação de Sistemas e CFTV (Circuito Fechado de Televisão)
 - Diretoria de Operações
 - Coordenação de Operações de Polícia Militar
 - Coordenação de Operações de Polícia Civil
 - Coordenação de Operações de Polícia Técnica
 - Coordenação de Operações de Bombeiros Militares
 - Coordenação de Apoio Administrativo e Financeiro
- Superintendência de Prevenção à Violência.
- Departamento de Polícia Técnica
 - Gabinete do Diretor Geral
 - Corregedoria do Departamento de Polícia Técnica
 - Coordenação de Planejamento
 - Coordenação de Padronização e Qualidade
 - Coordenação de Tecnologia da Informação
 - Coordenação de Suporte Técnico
 - Coordenação de Sistemas e Banco de Dados
 - Coordenação de Infra-estrutura
 - Coordenação de Ensino e Pesquisa
 - Coordenação de Ensino e Pesquisa
 - Coordenação de Estatística e Análise de Dados
 - Coordenação Administrativa e Financeira
 - Coordenação de Gestão de Pessoas
 - Coordenação de material e Patrimônio
 - Coordenação de Serviços Gerais
 - Coordenação Financeira e Orçamentária
 - Diretoria do Interior do Departamento de Polícia Técnica
 - Coordenação de Perícia Criminalística
 - Coordenação de Perícia Médico-Legal
 - Coordenação de Perícia de Laboratório Forense
 - Coordenação Regional do Oeste
 - Coordenação Regional do Nordeste
 - Coordenação Regional da Mata Sul
 - Coordenação Regional da Chapada
 - Coordenação Regional do Planalto
 - Coordenação Regional do Grande Recôncavo

Instituto de Criminalística "Afrânio Peixoto" - ICAP

Coordenação de Perícias Internas

- Coordenação de Balística Forense
- Coordenação de Perícias Contábeis
- Coordenação de Pesquisa e Arquivo Monodactilar
- Coordenação de Documentoscopia
- Coordenação de Perícias em Áudio-Visuais
- Coordenação de Topografia, Modelagem e Desenho
- Coordenação de Computação Forense

Coordenação de Perícias Externas

- Coordenação de Perícias de Crimes contra a Vida
- Coordenação de Perícias de Crimes contra o Patrimônio
- Coordenação de Perícias em Veículos
- Coordenação de Engenharia Legal
- Coordenação de Perícias de Crimes Contra o Meio-Ambiente
- Coordenação de Apoio Técnico e Fotografia Forense

Coordenação de Apoio Operacional

Instituto Médico Legal "Nina Rodrigues" - IML

Coordenação de Perícias

- Coordenação de Tanatologia Forense
- Coordenação de Clínica Médica
- Coordenação de Sexologia Forense
- Coordenação de Antropologia Forense
- Coordenação de Psiquiatria Forense
- Coordenação de Odontologia Legal
- Coordenação de Identificação de Cadáveres
- Coordenação de Plantão
- Coordenação de Radiologia Forense
- Coordenação de Anatomia Patológica

Coordenação de Apoio Operacional

Instituto de Identificação "Pedro Mello" - IIPM

Coordenação de Identificação da Capital

- Coordenação de Processamento de Identificação Civil da Capital
- Coordenação de Identificação Criminal
- Coordenação de Fiscalização e Controle dos Postos de Identificação da Capital
- Coordenação de Identificações Especiais

Coordenação de Identificação do Interior

- Coordenação de Processamento de Identificação Civil do Interior
- Coordenação de Fiscalização e Controle dos Postos de Identificação do Interior
- Coordenação de Gerenciamento dos Postos de Identificação da Capital e do Interior

Coordenação de Documentação Onomástico-Datiloscópica

- Coordenação de Arquivo Datiloscópico
- Coordenação de Arquivo Onomástico
- Coordenação de Pesquisa Datiloscópica
- Coordenação de Classificação Datiloscópica
- Coordenação de Processamento de Dados

Coordenação de Apoio Operacional

Laboratório Central da Polícia Técnica – LCPT

Coordenação Técnica de Perícias

- Coordenação de Química Forense
- Coordenação de Hematologia Forense
- Coordenação de Biologia Forense
- Coordenação de Plantão
- Coordenação de Genética Forense
- Coordenação de Pesquisa Forense
- Coordenação de Toxicologia Forense
- Coordenação de Física Forense
- Coordenação de Fotografia Forense
- Coordenação de Bromatologia Forense
- Coordenação de Análise Instrumental
- Coordenação de Guarda e Custódia

Coordenação de Apoio Operacional

* Aguardando atualização do Regimento (Decreto nº 10.186, de 20 de dezembro de 2006).

ÓRGÃOS EM REGIME ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA

FINALIDADE

Formular e executar a política governamental destinada à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e patrimônios, bem como assegurar os direitos e garantias fundamentais.

COMPETÊNCIAS

- programar, superintender, dirigir e orientar os serviços de polícia e segurança pública do Estado;
- exercer atividades de polícia administrativa, judiciária e de manutenção da ordem pública, executando ações policiais ostensivas, preventivas, repressivas e de investigação criminal, bem como o policiamento em todo o território do Estado;
- manter sistema de informações estratégicas, visando à preservação dos bens e interesses penalmente tutelados;
- participar da defesa civil do Estado;
- promover formação, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores policiais civis e policiais militares;
- realizar perícias criminalísticas médico-legais e a identificação civil e criminal.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 115, de 16.08.1895
Cria a Secretaria da Polícia e Segurança Pública.

Decreto nº 7.066, de 01.11.1930
Funde a Secretaria de Polícia e Segurança Pública a outras Secretarias.

Decreto nº 7.284, de 03.05.1931
Altera a Secretaria para a denominação anterior de Secretaria de Polícia e Segurança Pública.

Decreto nº 9.479, de 24.04.1935
Estabelece a denominação de Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 20.160, de 16.02.1967
Aprova o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 20.637, de 25.03.1968
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 21.161, de 14.02.1969
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 22.718, de 21.12.1971
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública, aprovado pelo Decreto nº 20.160, de 16.02.67.

Decreto nº 23.123, de 17.10.1972
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública, aprovado pelo Decreto nº 20.160, de 16.02.67.

Decreto nº 23.316, de 29.12.1972
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública aprovado pelo Dec. nº 20.160, de 16.02.67.

Decreto nº 23.446, de 10.05.1973
Cria a Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes

Decreto nº 23.448, de 11.05.1973
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 3.118, de 27.06.1973
Cria o Departamento de Polícia Técnica na Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 23.603, de 09.08.1973

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN.

Decreto nº 23.679, de 12.09.1973
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 24.141, de 09.07.1974
Cria a Delegacia de Defraudações e Falsificações.

Decreto nº 24.510, de 06.12.1974
Cria a Delegacia de Furtos de Veículos.

Decreto nº 24.631, de 20.02.1975
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 24.636, de 26.02.1975
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 24.644, de 28.02.1975
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Lei nº 3.497, de 08.07.1976
Dispõe sobre a reestruturação organizacional da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 26.664, de 02.03.1979
Aprova o Regimento dos órgãos da Secretaria da Segurança Pública previstas nos artigos 1º a 15, da Lei nº 3.497, de 16.07.76.

Decreto nº 26.890, de 12.09.1979
Institui a Delegacia Especial de Terra - DET.

Decreto nº 26.896, de 21.09.1979
Estrutura as Divisões Regionais de Polícia do Interior, do Departamento de Polícia do Interior - DEPIN, da Polícia Civil da Bahia.

Decreto nº 27.337, de 26.05.1980
Aprova o Regimento Interno do Conselho Superior da Polícia - CONSUPOL.

Decreto nº 28.841, de 04.06.1982
Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública, aprovado pelo Decreto nº 26.664, de 02.03.79.

Lei Delegada nº 78, de 03.06.1983
Reorganiza a Secretaria da Segurança Pública e institui o Sistema Estadual de Segurança Pública.

Decreto nº 33.038, de 28.04.1986
Cria a Delegacia de Proteção à Mulher.

Decreto. nº 33.746, de 08.09.1986
Altera a competência da Delegacia de Proteção à Mulher.

Decreto nº 1.528, de 31.08.1988
Institui o Regulamento do Sistema de Informática do Estado.

Decreto nº 2.781, de 14.09.1989
Cria a Delegacia de Homicídios.

Decreto nº 3.602, de 26.04.1990
Altera o Decreto nº 1.528, de 31.08.88.

Decreto nº 4.357, de 23.01.1991
Cria a Delegacia de Proteção Ambiental.

Lei nº 6.074, de 22.05.1991
Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

Decreto nº 336, de 12.09.1991

Dispõe sobre a competência e atribuições do Departamento Especializado de Investigações Criminais - DEIC, da Polícia Civil da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 1.314, de 01.07.1992

Altera os Regimentos das Secretarias que indica e dispõe sobre a organização do Subsistema de Desenvolvimento da Administração.

Lei nº 6.459, de 16.03.1993

Reajusta os vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores públicos civis e militares da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Estaduais (art. 25).

Decreto nº 3.334, de 22.07.1994

Aprova o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Lei nº 6.896, de 28.07.1995

Dispõe sobre o Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais - FEASPOL.

Lei nº 7.146, de 27.08.1997

Reestrutura o Sistema Policial Civil de Carreira Profissional.

Decreto nº 6.861, de 09.10.1997

Regulamenta os arts. 17 e 21, da Lei nº 7.146, de 27 de agosto de 1997, que dispõem sobre a gratificação de Atividade Policial.

Decreto nº 7.435, de 30.12.1998

Dispõe sobre a organização e estrutura da Administração Pública do Poder Executivo.

Decreto nº 7.623, de 25.06.1999

Aprova o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Lei nº 7.596, de 07.02.2000

Dispõe sobre a criação de Distritos Integrados de Segurança Pública, introduz alterações no quadro de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 7.784, de 06.04.2000

Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Deliberação nº 05 do Conselho Estadual de Trânsito

Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.

Lei nº 8.195, de 23.01.2002

Altera a redação da Lei nº 7.356, de 27 de outubro de 1998, modifica a estrutura organizacional da Polícia Civil da Bahia, cria cargos em comissões nas estruturas das Secretarias da Segurança Pública e da Justiça e Direitos Humanos.

Decreto nº 8.220, de 24.04.2002

Dispõe sobre a regulamentação dos Distritos Integrados de Segurança Pública.

Lei nº 8.538, de 20.12.2002

Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

Lei nº 8.574, de 13.01.2003

Altera a estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 8.572, de 27.06.2003

Aprova o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Lei nº 8.825, de 29.09.2003

Altera a estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

Lei nº 9.006, de 04.02.2004

Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública - SSP

Decreto nº 9.198, de 01.10.2004

Homologa a Deliberação nº 21, de 15 de setembro de 2004, do Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.

Deliberação nº 21/2004, de 15.09.2004

Altera o Regimento Interno do Conselho Estadual de Trânsito da Bahia – CETRAN, no seu artigo 5º, que trata de sua composição, a fim de estabelecer a paridade exigida pelo Subsistema 4.1.b. da Resolução nº 150, de 08.10.03, do Conselho Nacional de Trânsito – CETRAN.

Lei nº 9.277, de 07.10.2004

Altera a estrutura da Secretaria da Segurança Pública, com a criação de Delegacias Circunscrições, de Repressão a Furtos e Roubos, de Proteção Ambiental, Especiais de Atendimento à Mulher e de Atendimento ao Idoso.

Lei nº 9.289, de 20.12.2004

Altera a finalidade, estrutura organizacional e de cargos em comissão do Departamento de Polícia Técnica, unidade da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

Decreto nº 9.335, de 22.02.2005

Cria o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública.

Lei nº 9.436, de 23.03.2005

Modifica a vinculação estrutural do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

Lei nº 9.439, de 11.04.2005

Altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 10.186, de 20.12.2006

Aprova o Regimento da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 10.484, de 05.10.2007

Altera o Decreto nº 9.335, de 22 de fevereiro de 2005, que criou o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública

Decreto nº 10.485, de 05.10.2007

Altera o Regimento da Secretaria da Segurança Pública, aprovado pelo Decreto nº 10.186, de 20 de dezembro de 2006.

Decreto nº 10.639, de 04.12.2007

Estabelece territórios e correspondentes competências das Coordenadorias Regionais de Polícia do Interior – COORPIN, da estrutura do Departamento de Polícia do Interior, da Polícia Civil da Bahia, e dá outras providências.

Lei nº 11.370, de 04.02.2009

Institui a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia.

Lei nº 12.212, de 04.05.2011

Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

Lei nº 12.357, de 26.09.2011

Instituiu o Sistema de Defesa Social e o Programa Pacto pela Vida.

Lei nº 12.374, de 23.12.2011

Altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública e Polícia Civil do Estado da Bahia.

Lei nº 13.204, de 11.12.2014

Modifica a Estrutura Organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

Decreto nº 16.455, de 07.12.2015 (**Decreto Autônomo**)

Altera a finalidade das Coordenações Executivas de Infraestrutura da Rede Física da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, modifica a sigla do Conselho Penitenciário, a nomenclatura da Corregedoria do Sistema Penitenciário da estrutura organizacional da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP, a nomenclatura da Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais da estrutura organizacional da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial – SEPROMI, cria a Coordenação de Licitação e altera a nomenclatura da Diretoria de Logística da Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia – SIT da estrutura da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA e dispõe sobre a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI. (art. 1º)

Decreto nº 16.852, de 14.07.2016

Institui o Centro de Operações e Inteligência e o Comitê de Gestão de Crises, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

Decreto nº 17.299, de 26.12.2016 **(Decreto Autônomo)**

Dispõe sobre a transferência do Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual - Projeto VIVER da Secretaria da Segurança Pública para a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, e dá outras providências.

Decreto nº 18.035, de 30.11.2017 **(Decreto Autônomo)**

Modifica a vinculação de cargos em comissão da Polícia Civil do Estado da Bahia - PC/BA e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - CBMBA para a Secretaria da Segurança Pública – SSP.

Lei nº 14.032, de 18.12.2018

Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

Lei nº 14.169, de 04.10.2019

Institui o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP, cria o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - CONESP, e dá outras providências.

Lei nº 14.579, de 02.06.2023

Altera a estrutura de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública - SSP, e dá outras providências.

Lei nº 14.588, de 29.06.2023

Altera a Lei nº 14.169, de 04 de outubro de 2019, na forma que indica, e dá outras providências.

Lei nº 14.995, de 08.10.2025

Altera a estrutura de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública - SSP, na forma que indica, e dá outras providências.

Lei nº 15.040, de 11.12.2025

Dispõe sobre o Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais - FEASPOL e altera a Lei nº 14.037, de 20 de dezembro de 2018, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto nº 24.339, de 06.02.2026 **(Decreto Autônomo)**

Cria a Escola de Governo da Secretaria da Segurança Pública, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto nº 24.701, de 30.07.2026

Altera o quadro de cargos em comissão da Secretaria da Segurança Pública – SSP, na forma que indica.